ANO 6.º — Sexta-feira, 11 de Abril de 1913 — NUMERO 267

O DEMOCRATA (AVENÇA)

SEMANÁRIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)

Ano (Portugal e colónias)	Esc. 1,20
Semestre	« 0,60
Brasil e estranjeiro (ano) moeda forte	« 2,50
Avulso	« 0,02

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 54

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO

Propriedade da Emprêsa do DEMOCRATA

Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luís de Camões

ANÚNCIOS

Por linha	4 centavos
Comunicados	2 centavos

Anúncios permanentes, contracto especial.

Toda a correspondência relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

Congresso Republicano

O que se passou na magna reunião de Aveiro

Aveiro tem hoje a sua habitual feição. O bulicio, a variedade e a multiplicidade de figuras, a nota aguda de vida que entre nós registámos e até mesmo o anceio, que se demorou em muitos dos corações de bons republicanos, sobre os resultados decisivos e vitais para a Republica resultantes do Congresso—tudo isso desapareceu, tudo cessou!

A cidade voltou de novo ao seu labor do costume, variando entre tanto como é facil compreender a impressão que do historico acontecimento ficou.

Sob o ponto de vista politico o resultado não podia ser mais completo para o partido republicano, que encontrou decidido apoio e não menos decidida prova de abnegação e disciplina, por parte da numerosa assembleia, que algumas vezes apaixonada e quente, agitando-se e bramindo como corrente decidida a tudo levar por deante, logo se orientava, atendendo e seguindo no caminho que os mais ponderados indicavam.

Além doutros assuntos da maior importancia indicados em substanciosos *considerandos* a justificar *moções*, o Congresso manteve intacto os velhos principios do Partido, votando contra o jogo, pronunciando-se sobre a momentosa questão e plano do govêrno quanto ás contribuições predial e outras, assim como liquidou da fórma mais honrosa e digna a questão Alfredo de Magalhães.

A todas as sessões assistiu, além doutros ministros, o ilustre chefe do govêrno, sr. dr. Afonso Costa, que, á sua chegada, no *rapido* de sabado, foi esperado na *gare* da estação não só por todo o elemento oficial, civil e militar, mas tambem por uma grande quantidade de pessoas de todas as classes sociais.

S. ex.ª desde o seu desembarque até tomar assento no automovel, que o esperáva, foi alvo de entusiastica manifestação que, infelizmente, logo cessou quando do sr. Afonso Costa se acercou o odioso grupo familiar Barbosa de Magalhães composto dos decantados *republicanos* da Vera Cruz.

Não deveria ter passado o facto despercebido ao ilustre chefe do govêrno, assim como o silencio que acompanhou s. ex.ª, por esse mesmo motivo, até ao ponto do seu destino.

Este tristissimo facto repetiu-se sempre que éssa gente aparecia ao lado do sr. Afonso Costa, com excéção do passeio á Gafanha em que o sr. presidente do conselho, liberto de tão nefasta companhia, recebeu a consagração do povo, que o vitoriou desafogada, sincéramente, mostrando-lhe nesses momentos a vivissima demonstração do seu afecto e simpatía, como quem aproveita uma oportunidade, que tem a convicção de que se não repéte.

Ao tempo que nós chegámos...

* * *

Dâmos a seguir o extrato resumido de todas as sessões, das quais, na sua totalidade, indubitavelmente resultaram para o Partido Republicano uma exuberantissima prova do seu critério, disciplina e força.

Sessão inaugural

Eram duas horas e um quarto da tarde quando o sr. dr. *Melo Freitas*, junto á mêsa da presidencia, dá as bôas vindas aos congressistas, como presidente da comissão organisadôra do congresso, e depois de algumas referencias sobre a satisfação que tem pela realisação do congresso em Aveiro, propõe para a presidencia o sr. coronel Simas Machado, que é recebido com intensos aplausos.

O sr. coronel *Simas Machado* assume o logar da presidencia com a manifestação do seu agradecimento, pela honra que lhe acabavam de dar. Saúda o Congresso e diz que neste momento o país atravessa uma crise bastante gráve. Em seu entender só com a união de todos os republicanos verdadeiramente democráticos se poderá vencer e levar o país a bom caminho. A historia dá contas de crises de alta gravidade, como foi nos seculos XVI, XVII e XIX, e néssas épocas todas as questões tivéram solução com o esforço do povo português e é no esforço do povo que todos devem confiar, por ser nele que vibra o sentimento da alma nacional, para se atender unica e exclusivamente ao bem da nacionalidade portuguêsa.

Fala das lutas do passado e délas tira a conclusão de que o resurgimento da nossa patria está na esperança que todos teem no patriotismo do povo e é com elè que tudo se hade conseguir.

Ao Congresso assiste o sr. dr. Afonso Costa, diz o orador, e basta a presença deste ilustre estadista para tornar notavel o Congresso que está a realisar-se. (Intensos aplausos e calorosos vivas).

Termina por dizer que a orientação dos bons portuguêses deve ser aquéla que traduzem os vivas que vai levantar:

Viva a Patria!

Viva a Republica!

Viva a Liberdade!

(Entusiasticas saudações, sendo levantados vivas ao exercito, ao povo e ao sr. dr. Afonso Costa).

O sr. presidente convida para os logares de secretarios os srs. Boto Machado e Marques da Costa.

E' lido o expediente, no qual figuram muitas saudações ao Congresso, de vários pontos do país.

O sr. 1.º secretario lê o programa da primeira sessão.

O sr. *Filipe da Mata* lê o relatorio politico do Directório e proposta de modificação de alguns artigos da Lei Organica do Partido Republicano Português, que é, por vezes, cortado de aplausos.

Este documento é mandado para a mêsa e distribuido impresso aos congressistas.

Seguidamente o sr. *Augusto de Matos* lê o relatorio e contas da junta administrativa.

(Ao meio da leitura ha uma interrupção por motivo da manifestação feita ao sr. dr. Alfredo de Magalhães, que naquéla altura entrou no palco).

O secretario do Directorio, sr. *Filipe da Mata*, para tratar de um assunto urgente, usa da palavra, esclarecendo que tendo-se extraviado algumas cartas de congressistas, pede que se lhe releve a deliberação que tomou de permitir a entrada a alguns correligionarios delegados ao Congresso. (Apoiados).

Seguidamente propõe: que se envie um telegrama de saudação ao sr. presidente da Republica (Aplausos).

que se saúde a câmara dos srs. deputados, ali representada pelo sr. coronel Simas Machado;

que se envie nm telegrama de saudação ao Senado;

que se saúde o govêrno ali representado pelo seu presidente, sr. dr. Afonso Costa. (Muitos aplausos e vivas).

que se saúdem os srs. drs. Magalhães Lima, Bernardino Machado e Alves de Veiga.—Aprovado com aplausos.

E' feita a inscrição de congressistas que entendem fazer uso da palavra e apresentar propostas.

O sr. capitão de Macedo requer que seja nomeada uma comissão para tratar em reunião privativa, de assuntos sobre os quais vão ser ainda elaborados pareceres.

A presidencia observa que isto é uma propostas e não um requerimento, pelo que só poderá representar na devida altura. Assim se resolve.

O sr. *Ricardo Covões* apresenta moção fazendo votos pelo equilibrio orçamental, revisão das leis do govêrno provisorio, e fixação dos vencimentos dos empregadot publicos.

O sr. *Orlando Marçal* propõe que seja nomeada uma comissão de sete membros, composta de congressistas do norte, centro e sul do país para receber todas as reclamações da politica local e aprecial-as, devendo o seu parecer apresentar-se no ultimo dia do Congresso.

O sr. *José Egidio Marques* propõe que o govêrno adóte providencias por fórma a reprimir severamente a prática do duelo.

O sr. *Patrocinio Casimiro dos Santos* propõe que sejām mandados arrear dos edificios públicos todas as corôas que encimam os escudos, podendo os referidos emblemas ser removidos para os muzeus.

O sr. *Artur Nunes* alvitra que se mostre a vontade de que o decreto disciplinar de 22 de Fevereiro ultimo, no que diz respeito ao artigo 18.º, unicamente seja usado para defêsa da Republica, evitando-se por todas as fórmas que, sob a sua letra, os rancorosos inimigos do regimen persigam com castigos os seus subordinados republicanos.

O sr. *Ramos da Costa* propõe que sejam publicadas e postas em execução leis que garantam a purêsa dos generos alimenticios e o seu barateamento, punindo os falsificadores; que se facilitem as construções de casas baratas; criação de cooperativas, pugnando-se pela eliminação da mendicidade e melhorando a instrução.

O sr. *Manuel Inacio Ferraz* propõe que o Congresso envide esforços junto das entidades competentes para que os revolucionarios civis sejam colocados no mais curto praso de tempo.

O sr. *João de Sousa de Cabral* alvitra que o govêrno procure averiguar das condições politicas dos concorrentes ás escolas primarias, preferindo-se nos concursos os que deem garantias de bem servir as instituições.

O sr. *Silverio Junior* apresenta uma proposta de saudação ao sr. Fernão Boto Machado, pelos relevantes serviços prestados no Brazil e sauda o govêrno pela sua obra verdadeiramente democratica e moralisadôra.

O sr. *Americo Cardoso* propõe que se manifeste incondicionalmente aplausos á Lei da Separação, que se saúde o decano dos capelães da Sé de Lisboa pela sua atitude.

O sr. *Lucas José Domingos* propõe que se peça a publicação no *Diario do Govêrno* do resultado de diversas sindicancias a diferentes corporações.

O sr. *Fernão de Lencastre* em nome dos interesses da Republica e da moralidade, lembra que sem demora se cortem os 8 % que estão recebendo os inspectores de finanças e revertam a favor do contribuinte ou do Estado.

O sr. *Antonio Augusto de Lemos* propõe pelo ministério das finanças seja enviado um empregado de confiança a verificar os lançamentos das repartições de finanças de todo o país e para que as comissões politicas possam contribuir para que se faça uma exacta tributação.

O sr. *Heliodoro Alves* propõe que se faça sentir ao govêrno a necessidade imediata de tratar da defêsa nacional e para que o Directorio faça um manifesto ao país demonstrando a sua urgencia.

O sr. *Filipe de Almeida* propõe que se consiga que o govêrno faça adotar providencias tendentes a impedir a adulteração e falsificação dos vinhos.

O sr. *Raul Tamagnini Barbosa* lembra que se peça ao govêrno que torne efectiva a repressão á emigração e se persigam os engajadores.

O sr. dr. *Avaristo Cutileiro* manda para a mêsa ésta moção:

Considerando ser o atual govêrno central da Republica Portuguêsa uma particular e ocasional modalidade da vida do Partido Republicano Português;

Considerando ser o Congresso presente a dominadora e legitima expressão da vontade atual do grande Partido Republicano Português;

*Atendendo a que o atual govêrno central da Republica Portuguêsa irrepreensivelmente zela pela efectividade de todos os progressos e reformas cuja aspiração nacional determinou a gloriosa e triunfante revolução de 5 de Outubro de **1910**;*

*O Congresso Nacional do Partido Republicano Português, reunido em Aveiro, em 5 de Abril de **1913**, vota unanime e plena confiança no atual govêrno central da Republica Portuguêsa, exortando este a que, firmemente e com toda a energia precisa, procure conquistar para a nação portuguêsa todos os aperfeiçoamentos que levaram a Patria Portuguêsa á prática da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910.*

Fez-se a eleição da comissão encarregada de pareceres, que fica assim constituida: dr. Souza Junior, dr. Orlando Marçal, Ricardo Covões, dr. Queiroz Vaz Guedes, Abel Sabrosa, Alberto Souto, Tavares de Carvalho, Rogerio Soares Moita, Raul Tamagnini, dr. Manuel Gomes da Cruz, dr. Morais Costa, dr. Manuel Gaspar de Lemos, Joaquim Rodrigues Simões, Raimundo Alves, dr. Daniel Rodrigues, dr. Evaristo Cutileiro, dr. Pestana Junior, Luiz Julio da Cruz, dr. Adriano Augusto Pimenta, Roque da Fonseca Junior, Antonio Augusto Louro, Barros Gomes, dr. Alberto Xavier e dr. José Guimarães.

O sr. dr. *Souza Junior* alude ao regimento do congresso de 1911 e propõe a eliminação dos artigos 8.º 9.º e 10.º. (Aprovado).

O sr. *Americo Cardoso* saúda o govêrno e os congressistas e propõe que na acta se exare votos de sentimentos pela morte do senador Narciso da Cunha, do decano republicano Sousa Larcher e deputado Padua Correia. (Aprovado).

O nosso director *Arnaldo Riboiro*, em termos energicos, protésta contra a presença no congresso dum jornalista de Aveiro que a quando da excursão republicana do Porto, em Junho de 1909, a injuriou grávemente nas colunas do seu jornal. A assembleia apoia calorosamente o sr. Arnaldo Ribeiro ao mesmo tempo que na sala se ouvem vozes exclamar: *saía quem injuriou o Partido Republicano!*

O sr. *Silvério Junior* convida o sr. Arnaldo Ribeiro a declinar o nome desse jornalista.

O sr. *Arnaldo Ribeiro*, em voz pausada:—E' sr. Firmino de Vilhena de Almeida Maia, director do bi-semanário *Campeão das Provincias*.

Abre-se uma inscrição especial para tratar do assunto.

O sr. *Rui da Cunha e Costa* é de opinião que Arnaldo Ribeiro não deveria levantar ésta questão porque é um mau serviço prestado á cidade de Aveiro. (Protéstos desencontrados).

O sr. dr. *Mélo Freitas* explica que se trata duma questão de politica local, que os congressistas não conhecem, e manifésta a opinião de que se devem esquecer os agrávos do Firmino de Vilhena, posto tivésse tambem já sido vitima das injurias do jornal onde escreve.

O sr. *Antonio Martins* agradece ao sr. Arnaldo Ribeiro o interesse que tomou pelo Porto republicano e presta homenagem a Aveiro, terra liberal e de patriotas.

O sr. *Silvério Junior* apresenta a seguinte moção:

O Congresso, ouvidas as acusações dirigidas pelo cidadão Arnaldo Ribeiro ao director do Campeão das Provincias, *acusações tacitamente confirmadas pelo congressista dr. Alfredo de Magalhães, resolve expulsar o referido cidadão.*

Fala Afonso Costa

Pela primeira vez o ilustre presidente do ministério usa da palavra no sentido de acalmar os espiritos extraordinariamente exaltados

O sr. dr. *Afonso Costa*, que a assembleia recebe com uma calorosa ovação, diz que o congresso se reune para tratar de assuntos de interesse geral. Tem a maior consideração pelos congressistas que levantaram o incidente, mas entende que nem mais uma palavra se deve proferir sobre ele, entregando-o á solução do Directorio que se vai eleger. E' preciso não esquecer que todos os congressistas se encontram na assembleia no uso do seu direito desde que nele entraram munidos com o seu bilhete de identidade.

E assim termina o incidente suspendendo-se a sessão depois do sr. coronel *Simas Machado* propor o nome do nosso conterraneo dr. Mélo Freitas, a quem elogía, para presidir á continuação dos trabalhos que se devem seguir á noite.

A 2.ª sessão

E' mais concorrida do que a primeira a sessão noturna, pela chegada de novos delegados vindos nos diferentes comboios da tarde.

Quando o sr. dr. Afonso Costa entrou acompanhado de outros ministros, foi alvo de calorosos e intensos aplausos, sendo levantados muitos vivas ao presidente, o velho republicano aveirense dr. Joaquim de Mélo Freitas, que nomeou secretarios os srs. Braga Zicker e Mario Temudo.

E' lido o expediente, sendo em primeiro logar um telegrama do presidente da Republica agradecendo a saudação que em telegrama lhe mandaram e saudando igualmente o Congresso Republicano.

O sr. *Carvalho e Cunha*, do Porto, manda para a mêsa uma moção no sentido de se instar de novo junto do Directorio do Partido Republicano como seu representante, que este, por sua vez, solicite do govêrno, a imediata apresentação e discussão dum projecto de lei sobre acumulação de empregos públicos.

O sr. dr. *Adriano Augusto*

Pimenta, como membro da comissão nomeada. de tarde, lê os pareceres que elaborou ácêrca de propostas e moções lidas na sessão transata.

Outros congressistas da mesmas comissão leem os diversos pareceres que elaboraram.

O primeiro parecer diz respeito ás propostas dos srs. David de Sousa, Raul Tamagnini Barbosa, Francisco Sales Ramos da Costa, Fernando Macedo, José Rodrigues Ferreira e Orlando Marçal e conclue assim: «De todas as propostas e moções submetidas ao estudo da comissão, éla entende que devem ser votadas apenas, e como aspirações do congresso, as conclusões das propostas dos congressistas srs. Raul Tamagnini Barbosa e Francisco Sales Ramos da Costa, chamando a atenção do govêrno para a questão das falsificações dos generos alimenticios e da propaganda contra a emigração, por serem as de mais imediata oportunidade.

Sobre a proposta respeitante ao córte dos 8 por cento que estão recebendo os inspectores de finanças, a comissão foi de parecer que merece toda a atenção para se providenciar na medida do possivel.

Muito mais pareceres fôram lidos, mas que nos é impossivel acompanhar, por absoluta falta de tempo.

O sr. dr. *Miguel Mendonça Barbosa Montenegro* fala do exercicio do cargo de administrador do concelho de Vila do Conde, pelo sr. dr. João Canrvarro Crispiniano da Fonseca, que não deve continuar, pelo seu porte, á frente daquele concelho.

Isto levanta incidente, havendo protéstos e aplausos, achando uns que o orador deve continuar, outros que não.

O orador termina por mandar para a mêsa uma moção, pedindo a substituição de João Canavarro por outro cidadão.

O sr. *Corregedor da Fonseca*, acusa o administrador do concelho de Vila do Conde pelos seus maus serviços.

Levanta-se de novo incidente, havendo novos protéstos, vendo-se o presidente em dificuldades para fazer cumprir o regimento que dá cinco minutos a cada orador para falar.

O orador consegue concluir a sua acusação.

Fala depois o sr. *Lima Silva* sobre a instrucção, achando que o govêrno deve auxiliar as escolas dos centros republicanos e alude ao facto de haver centros ou grupos republicanos sem serem reconhecidos como manda a lei organica do partido.

O sr. *Artur Ferreira da Silva*, referindo-se á demissão do administrador de Alemquer, acha não convir o que lá está.

O orador alonga-se em considerações, mas parte dos congressistas evocam o regimento e o presidente aconselha que os congressistas devem acatar o regimento.

Ferreira Campos, que apresenta uma moção, diz que os administradores são delegados dos governadores civis e estes de confiança do govêrno e que a demlssão do administrador do concelho de Alemquer foi justa.

O sr. *Antonio Martins* tambem diz que o sr. dr. Canavarro não deve estar á frente da administração de Vila do Conde, e propõe que no dia 20 de abril seja decretado feriado da Republica, comemorando o decreto da Lei da Separação.

O sr. *Heliodoro Alves* referese a questões politicas em Rio Tinto.

Pretende falar o sr. dr. João Canavarro, levantando-se grande susurro, por muitos não quererem que o administrador de Vila do Conde se defenda.

Intervem o coronel sr. Simas Machado, pedindo que deixem a presidencia dirigir os trabalhos.

O presidente apéla para a assembleia para dar o direito de defêsa a quem foi acusado.

O sr. dr. *João Canavarro*, expõe a sua vida de republicano historico e depois defende-se de todas as acusações, sendo muito aplaudido.

Houve um áparte do sr. Afonso Costa, apoiando a atitude que o sr. Canavarro tomou num caso religioso, em que só respeitou a Lei da Separação.

O sr. *Fernandes de Oliveira*, pugna pela reintegração da comissão administrativa municipal de Gaia, dissolvida ha tempo, sobre o que apresenta uma moção.

Falam ainda dois congressistas ácêrca de vários assuntos, e França Borges, que fala do caso do administrador do concelho de Alemquer, apoiando a atitude do governador civil de Lisboa. Dá tambem explicações sobre o assunto o sr. dr. Afonso Costa, dizendo ter sido bem dada a demissão do administrador do concelho de Alemquer.

O sr. dr. *Evaristo Cutileiro*, manda para a mêsa uma proposta tendente a regular as nomeações de autoridades administrativas no futuro.

O sr. dr. *Daniel Rodrigues* dá explicações sobre a demissão do administrador do concelho de Alemquer, e lê seguidamente o parecer sobre algumas questões e ácêrca do relatorio do Directorio, ao qual dá um voto de muito louvor.

O sr. *Filipe da Mata* não concorda com alguns pontos do parecer com respeito ao relatorio do Directorio, afirmando ser conveniente que ésta entidade continue com a mesma organisação, pois, a longa prática assim o demonstra.

O sr. dr. *Sousa Junior* concorda com o sr. Filipe da Mata, mas acha conveniente que a dentro do Directorio se crie um novo corpo com o fim de tratar dos litigios que se levantam entre os agrupamentos partidarios ou questões pessoais, entre membros do partido e nesse sentido faz uma proposta.

O sr. dr. *Daniel Rodrigues*, discute a lei organica do partido, na parte respeitante ao Directorio, alvitrando que qualquer dos seus membros possa presidir ás sessões deste e que a quotisação para o cofre do partido deve ser voluntaria.

O sr. dr. *Afonso Costa* pondera a conveniencia de declinar nas comissões municipais a politica, para tratar de várias questões, deixando para o Directorio e Congresso, as questões mais complexas e importantes. Faz várias considerações sobre a organisação partidária, achando conveniente modificar a lei organica, tornando o Directorio e Junta Administrativa num só corpo.

Elogiou a realisação do Congresso e faz votos de que nas futuras reuniões se continue a pugnar pelo engrandecimento da Republica, pois o Partido Republicano tem muito fazer, para o que é necessario reunir os elementos para vencer todos os embaraços e fazer resurgir nobremente a patria portuguêsa.

O sr. *Americo Cardoso* tambem trata da lei organica.

O sr. dr. *Afonso Costa* propõe que a Junta Administrativa fique encorporada no Directorio.

O sr. dr. *Sousa Junior* propõe que sejam votadas as modificações á lei organica do partido com prejuizos dos oradores inscritos. Foi aprovado.

Tambem são aprovadas as propostas do sr. dr Afonso Costa juntando a Junta Administrativa ao Directorio e que seja criada uma comissão arbitral para dar solução a litigios que se deem dentro do partido.

O sr. *Rogerio Moita* manda para a mêsa ésta moção:

O Congresso do Partido Republicano Português, confiando em que o ilustre cidadão sr. dr. Teofilo Braga, ex-presidente do govêrno provisorio da Republica, eminente escritor e patriota, fará conhecer oportunamente o sentido exato das palavras que proferiu e assim dissipará a inquietação de todos os bons portuguêses, ao mesmo tempo que inutilisará a discussão prejudicial que sob este pretexto se está fazendo, resolve incumbir o novo Directorio de se ocupar patrioticamente do assunto, para beneficio geral da patria portuguêsa, a cujo nome e futuro anda ligada a vida publica e o nome de Teofilo Braga.

Foi aprovada com muitos aplausos.

E' nomeado o sr. dr. Sousa Junior para presidir á sessão do dia imediato.

Encerrando-se os trabalhos depois da hora e meia da madrugada.

No domingo

3.ª sessão

Passava de uma hora e meia da tarde quando começou a sessão, sob a presidencia do sr. dr. Souza Junior, que declara precisar da assembleia a força necessaria para dirigir os trabalhos, fazendo cumprir o regimento. Pretende, pois, fazer saber aos congressistas que hade cumprir rigorosamente o regimento.

Seguidamente nomeia vice-presidente os delegados de Vizeu e de Evora e secretarios os delegados da Figueira da Fóz e de Vila Real.

A concorrencia é extraordinária vendo-se tanto a plateia do teatro como as frisas, camarotes, galerias e palco, tudo apinhado de congressistas.

Procede-se á leitura do expediente que consta de diferentes telegramas e oficios de saudação ao congresso, bem como comunicações respeitantes a representações por diferentes delegados e de outros que, por motivo de força maior, não pódem comparecer. Numa carta os presos politicos da penitenciária de Coimbra, Fernandes Guimarães, Silva Bastos, Pereira Barroso e Cezar Leite, declarando-se regenerados, solicitam uma amnistia ou indulto e prestam homenagem á Republica. *Uma vós*:—Era bem melhor que tivéssem começado por aí!

E' dada uma hora para discussão antes de se entrar na ordem do dia. Levantam-se desenas de congressistas pedindo simultaneamente a palavra. Ha grande confusão.

Nésta altura entra o sr. dr. Afonso Costa que é alvo de entusiasticas saudações.

O sr. *Leonardo Teixeira*, delegado do concelho da Maia, trata vàrios assuntos e propõe que se reclame do Parlamento a alteração da Lei da Separação, a fim das capelas serem colectadas como qualquer outra propriedade.

Apresenta ainda mais tres moções, que manda para a mesa.

O sr. *Domingos de Oliveira Santos*, propõe que seja feita por todo o país uma grande propaganda, para que a mulher e a creança conheçam a lei da familia.

O sr. *José Gaimarães* faz votos por que do congresso sáia alguma coisa de grande em prol do bem da Patria e não trate de coisas pequenas, mesquinhas.

O sr. *Lino Figueirôa* protesta contra a nomeação do atual administrador do concelho de Gondomar, que não é aquêle que as comissões republicanas escolheram.

O sr. *Heliodoro Alves* alude ao caso de Muge e tem uma frase, dizendo que a casa Cadaval manda mais de que o proprio govêrno, o que provoca protestos, a que o sr. presidente põe termo, dizendo que a questão será oportunamente tratada pelo Directorio.

O sr. *Marques Moura* trata de assuntos de interesse do concelho de Gondomar, confiando em que o govêrno não olvide os desejos dos republicanos daquêle concelho.

O sr. *Augusto de Castro*, que foi secretario da administração do concelho de Santo Tirso, protesta contra o facto de o haverem demitido do logar que exercia, e apresenta um protesto assinado pelas comissões republicanas do concelho.

O sr. *Hernani Brandão* manda para a mesa uma homenagem de saudade á memoria de Mendonça Barreto, que foi vitima por ocasião dos acontecimentos politicos em Cabeceiras de Basto, onde foi administrador do concelho. Aprovado por aclamação,

Depois protesta contra os livros adotados na escola do lugar de Azevedo, em Campanhã, indicando varias frases impressas e que ensinam as crianças.

O sr. *Augusto Barreto*, de Cintra, faz um apelo para se conseguir melhoría nas estradas, que estão intransitaveis.

O sr. *Julio Gonçalves* lembra que se vendam os bens das congregações religiosas que teem arvores frutiferas, que se estão perdendo todos os anos e que, por outros motivos, dão grandes prejuizos.

Fala, depois, de um caso respeitante ao tesoureiro de finanças de Pampilhosa da Serra, que merece confiança aos republicanos. Pede providencias para tal caso.

O sr. dr. *Afonso Costa* alude a este caso, explicando que a suspensão do tesoureiro fôra por motivo de pronuncia, e mais tarde, não tendo o tribunal competente reconhecido criminalidade e feito nêsse sentido comunicação, foi aquêle funcionario reintegrado.

O sr. *João de Souza* fala do abade de Lordelo do Ouro, que acha não se portar convenientemente para com os republicanos. Manda para a mesa uma proposta a respeito da lei do registo civil, que não póde lêr por ter passado o tempo que lhe é dado para falar.

O sr. *Tavares da Fonseca* trata da demissão dada ao secretario da administração de Santo Tirso, Augusto de Castro, que diz ter sido demissão injusta.

O sr. *Manuel Guimarães*, que igualmente protesta contra a violencia da demissão de Augusto de Castro, secretario da referida administração. Demora-se em considerações, até que passa a hora marcada para falar. (Levantam-se protestos).

O sr. *Antonio Martins*, que se seguia a falar, cede a palavra em favor do padre Guimarães, para este poder continuar a falar. (Novos protestos).

O sr. presidente consulta o Congresso. Este concede ao padre Guimarães usar da palavra.

O orador termina pedindo providencias. Que o sr. Augusto de Castro volte para o seu lugar e que o medico do ultramar que lá está, vá fazer serviço para a Africa. (Aplausos).

O sr. presidente propõe que os trabalhos sejam interrompidos por espaço de uma hora e meia, para os congressistas poderem tomar parte na homenagem a José Estevam. (Aprovado).

Eram 15,30 horas quando se suspenderam os trabalhos.

Reabertura da sessão

A's 17 horas e 10 minutos reabre a sessão.

O sr. *secretario* lê varios telegramas de saudação e de adesão ás deliberações a tomar.

O sr. *Heliodoro Alves* pretende de tratar, como assunto urgente, uma questão respeitante a uma freguezia de Gondomar.

O Congresso julgou que não era urgente e, portanto, não falou o referido congressista.

O sr. *presidente* refere que a ordem do dia é a questão do jogo e para o assunto abre a inscrição dos oradores.

O sr. *Nunes Gomes* quer tratar da questão Alfredo Magalhães, como assunto urgente, mas fica para antes de se encerrar a sessão.

O sr. dr. *Carlos Olavo*, que pede a palavra para uma questão urgente, apresenta uma moção pela qual o congresso deveria resolver que aos deputados seja conservada a situação que tiveram os senadores, fazendo da questão do jogo uma questão aberta.

Não é a moção considerada assunto urgente, mas entra-se no assunto da ordem do dia.

O sr. *Abel Sobrosa* fala sobre a questão e apresenta uma moção no mesmo sentido da do orador precedente.

O sr. *Carlos Olavo* defende o seu modo de vêr perante a questão do jogo, como já o expozera na sua moção e julga que o congresso não deve resolver o assunto que ámanhã poderá ter outra solução na camara dos srs. deputados.

O sr. *Tomé Veiga* manifesta a sua opinião que é a de deixar liberdade de aoção aos deputados.

O sr. *Americo Cardoso* não é de opinião que se regulamente o jogo mantendo a doutrina do velho partido republicano.

O sr. *João de Souza* defendeu a não regulamentação do jogo apoiando o orador anterior.

O sr. *Alfredo Cruz* é contra a regulamentação do jogo.

O sr. *João Fernandes Oliveira*, depois de algumas considerações, apresenta uma moção no sentido do partido democratico republicano manter os seus principios perante a questão que se ventila.

O sr. *Artur Costa* refere que a regulamentação do jogo se conseguiu com uma pequena maioria e divaga sobre o assunto manifestando-se sempre contra a regulamentação do jogo, e pondera que o futuro da patria está no fomento do trabalho e não em questões de batota.

O sr. *Rogerio Moita* lê uma moção de ordem pela qual confia em que os deputados democraticos respeitarão o programa do partido.

O sr. *Henrique Cardoso* propõe que se dê a materia por discutida, com prejuizo dos oradores inscritos e que o congresso passe á ordem do dia.

Pergunta que grande razão de ordem economica determina nêste momento a regulamentação do jogo.

O dr. *Evaristo Cutileiro* defende os mesmos principios.

O sr. Anibal Martins, que manda para a mesa uma moção contra a regulamentação do jogo, produz larga argumentação sobre a moralidade da repressão do jogo.

O sr. *Torres Garcia* quer a regulamentação do jogo, afirmando que o prestigio do partido democratico não periga por tal motivo. (Levantam-se protestos na assembleia.)

Quer a regulamentação do jogo em todo o país e aluda ás vantagens que advem do jogo para Macau. (Continuam os protestos).

Raul Correia endente que se perde tempo com esta questão e apresenta uma moção de ordem para que o Congresso vote a repressão do jogo.

A's 19 horas é suspensa a sessão, marcando-se a seguinte para as 20 horas e meia.

4.ª sessão

Para continuação dos trabalhos da tarde, reabre a sessão ás 21 horas e 20 minutos, sendo feita a leitura de varios telegramas de saudação. Levanta-se grande susurro pelo facto do sr. dr. Carlos Olavo pretender, falar mas o sr. presidente resolve que êle fique inscrito e fale na sua altura. Resolvendo assim o incidente, usa da palavra o sr. *Lourenço Pupo* que diz que em principio os deputados democratas devem votar a repressão ao jogo de azar, que considera uma coisa muito baixa. O orador é interrompido por vezes havendo na sala grande borborinho. O presidente não podendo manter a ordem põe o chapéu na cabeça e interrompe os trabalhos.

Alguns minutos, porém, volvidos, o sr. presidente volta ao seu logar e faz um apelo a todos os seus correligionarios para que o ouçam, e diz que se porventura estivér alguem no Congresso com o proposito de o perturbar, se fará a chamada dos congressistas. Por fim pedê aos seus correligionarios que não deixem fazer barulho.

O sr. *Lourenço Pupo* conclue a discussão contra a repressão do jogo.

O sr. *Rogerio Moita* requer que a materia se dê por discutida, sem prejuizo os oradores inscritos.

O sr. *Sabino de Souza* acha que não é possivel reprimir o jogo e faz acusações ao administrador do concelho de Alcacer do Sal.

O sr. dr. *Daniel Rodrigues*, governador civil de Lisboa, afirma que se o orador provar o que acaba de afirmar, jura que aquêle administrador jámais será representante do govêrno em qualquer comissão de confiança.

O sr. *Marques de Carvalho* apresenta uma moção contra o regulamento do jogo, assunto que acha já bem discutido.

O sr. *Ignacio Ferraz* manifesta-se pela mesma fórma e pugna por que se trate de atrair os forasteiros a Portugal pelas belezas naturais do seu país e não pelo pano verde do jogo.

O sr. *Nicolau da Cunha Lobo*, quer que se cumpra o programa do velho partido republicano português.

O sr. *Matos Fragoso* diz que o jogo é uma verdadeira lepra e não quer que, se o jogo fôr regulamentado, se diga, ao vêr a bandeira nacional, que é a bandeira batoteira.

O sr. *Carlos Olavo* continua defendendo a liberdade de acção dos deputados, alonga-se em considerações e cita os países que teem regulamentado o jogo e que são países de trabalho, incontestavelmente.

O sr. dr. *Afonso Costa* manda para a mesa a seguinte moção:

O Congresso do Partido Republicano Português, considerando imperativa e obrigatoria para todos os seus membros a definição do programa partidario contraria ao jogo de azar, quer livre, quer regulamentado;

Considerando que nenhum homem de principios pertencente a um partido se amesquinha ou diminue quando se vê compelido pela vontade da maioria dos seus correligionarios a abandonar a defêsa de um projecto a que déra com os melhores intuitos a sua adesão, quando esperava ainda convencer o seu partido das vantagens dêsse projecto;

Considerando que um partido politico só se constitue e organisa e funciona para realizar com programa de principios e de reformas de que considera dependente o progresso e a felicidade da patria;

Considerando que a Republica não precisa, nem no continente, nem nas ilhas adjacentes, nem nas colonias, dos lucros, aliás improvaveis e sempre contraproducentes que pudéssem provir das casas de jogo;

Resolve conservar intacto nésta parte o programa partidario e espera do patriotismo e da dedicação de todos os parlamentares seus correligionarios que ajudarão o govêrno na obra de salvação do país em que está empenhado.

Depois alonga-se em consirandos, pedindo aos congressistas que defendam a sua opinião, com plena consciencia de liberdade de acção e discutam lealmente o gràve problema. (Aplausos).

O sr. dr. *Adriano Gomes Pimenta* contesta a argumentação do sr. dr. Carlos Olavo, ponderando que este congressista olvidou o compromisso do partido.

Os srs. *Julio Gonçalves, dr. José Guimarães, Gualberto de Mélo e Lima Silva* manifestam-se contra o regulamento do jogo e propõem que se dê a materia por discutida.

O sr. *Eugenio Vieira*, diz que a regulamentação do jogo póde contrariar o programa do velho partido republicano, mas isso é um aspecto politico; quanto ao lado economico acha que deve ser regulamentado. O orador usa da palavra por fórma humoristica, que por vezes põe os congressistas em grande hilaridade, com agrado de toda a assembleia. Como professor, nunca conseguiu reprimir o jogo aos rapazes. Não sabe qual será melhor: se perder uns 100$000 reis na batota se partir uma perna no *tennis*. Acha conveniente, depois de alguns considerandos, que se regulamente o jogo.

O sr. *David de Souza Ferreira* quer que se regulamente o jogo.

Muitos oradores desistem da palavra.

O sr. *Henrique de Freitas* faz a apologia da regulamentação do jogo, citando os países que assim o teem feito.

O sr. *Soares de Moura* requer que a materia se dê por discutida sem prejuizo dos oradores inscritos. Aprovado.

O sr. *Alfredo Silveira* fala contra a regulamentação do jogo.

O sr. *Meireles de Souza* declara ser contra a regulamentação e expõe a razão do seu modo de vêr.

O sr. tenente *Americo Olavo* diz ter havido duas correntes no Congresso ácêrca da regulamentação: uma pró e outra contra. Nunca jogou e é contra o jogo, mas a unica medida moral é regulamentál-o, pois nunca se encontrou em país algum meio de o reprimir.

Acabada a inscrição dos oradores, delibera-se que a moção do sr. dr. Afonso Costa tenha o direito de prioridade, segundo a proposta do sr. Rogerio Moita.

O sr. *Americo Olavo* protesta contra tal prioridade, e diz que se o sr. dr. Afonso Costa não fôsse presidente do conselho a pessoa que apresentou tal pròposta não a teria apresentado. *(Sussurro.)* O orador requer que a votação da moção do sr. Afonso Costa seja nominal. (Apartes: não saimos daqui senão ámanhã). Feita a votação, é reprovada em prova e contra prova a votação nominal.

Lê-se de novo a moção do sr. dr. Afonso Costa. E' aprovada, levantando-se os congressistas em maioria dando vivas á Republica, ao dr. Afonso Costa e ao partido republicano.

O sr. dr. *Adriano Gomes Pimenta* apresenta uma moção sobre a contribuição predial que é con-

O novo Directorio do Partido Republicano Potuguês eleito no Congresso de Aveiro em 7 de Abril de 1913

Efectivos

Dr. Afonso Costa, dr. Alfredo de Magalhães, dr. Estevam de Vasconcélos, dr. Adriano Augusto Pimenta, Coronel Simas Machado, Vitorino Guimarães e dr. Sousa Junior.

Substitutos

Dr. Germano Martins, dr. Angelo Vaz, Augusto José Vieira, Major Mourão, França Borges, Tomaz Cabreira e Alvaro Pope.

siderada assunto urgente. Passa-se a lêr a moção, que é a seguinte:

«Considerando que a lei da contribuição predial de 13 de fevereiro de 1913, embora não constitua a solução definitiva do problema se inspira, todavia, nos principios do programa partidario, pois favorece os proprietarios pobres, alivia os remediados e se pede um pouco mais aos ricos, em geral dentro do que pódem e devem pagar e deixando-lhes sempre o direito de reclamar a avaliação dos seus predios o que exclue toda a injustiça, o Congresso do Partido Republicano Português dá o seu caloroso apoio a éssa lei e compromete-se a facilitar a sua plena execução e confia em que déla resultará o começo da transformação dos nossos impostos em sentido democratico.»

E' aprovado.

São aprovadas as contas da Junta administrativa do Partido Republicano Português.

O sr. *Artur de Vasconcélos* pede ao sr. dr. Afonso Costa que faça publicar o resultado das sindicancias aos caminhos de ferro do Minho e Douro.

O sr. *Artur Nunes* lê uma saudação ao povo republicano.

O sr. *Alfredo de Magalhães* diz ter vindo expressamente ao congresso para tratar de um assunto delicado que não póde expôr nos limitados momentos que lhe dá o regimento e pede pois para o tratar em nova sessão antes da ordem do dia, o que é aprovado por toda a assembleia.

Trata-se, pois, de dar por findos os trabalhos da sessão e resolve-se nomear nova mesa e passar a nova sessão. Eram 30 minutos depois da meia noite.

A questão Alfredo Magalhães

Assume a presidencia o sr. dr. Adriano Augusto Pimenta, ocupando os lugares de secretarios os representantes de Santarem e da Guarda.

O sr. presidente agradece a honra de o terem nomeado para aquêle lugar, e dá a palavra ao sr. dr. Alfredo de Magalhães que entra no assunto que ali o traz, relatando o que se passou quando o indicaram para governador geral de Moçambique. Muitos o preveniram que aquéla escolha era para o derrubar mas foi, para cumprir o seu dever como republicano e patriota.

Fala da má administração que tem havido nas colonias e do que tem dito nas suas conferencias, pondo em relevo a má vontade que encontrou contra si em alguma imprensa.

Percorreu a provincia de Moçambique como nenhum governador o fez. Quem tem culpa dos erros não é a Republica, disse. Insurge-se contra o ministerio das colonias onde tudo está pôdre e do qual nem as paredes deviam ficar, pois estamos desprestigiados no estrangeiro, sob o ponto de vista da nossa administração colonial.

Foi isto que o trouxe a Lisboa.

Diz ter visto nos jornais que, no ministerio das colonias se trata de escrever um livro contra a sua administração. Melhor fôra que, em vez de escreverem o livro, se defendessem.

Alonga-se em considerações sobre o que deve ser a administração das colonias para as salvar com honra e patriotismo e continua a acusar o ministro das colonias.

Não discute as razões que levaram o govêrno a dar-lhe a sua demissão.

A nossa situação em Africa é gráve.

E continuando diz que no Congresso não se tem tratado de assuntos de valor e acha que o Directorio tem outra missão a cumprir a bem da educação de homens que ámanhã possam fazer uma administração séria da Republica.

E' preciso que o Directorio se não confunda com o govêrno. E' preciso que estude os grandes problemas do país.

Depois divaga sobre os processos da administração pública, que é má, na metropole e alémmar. Diz que é mister organisar a educação republicana e faz votos por que desfeito em pouco dos trabalhos a realizar saia um modêlo de administração.

O sr. Afonso Costa responde ao sr. Alfredo de Magalhães

Fala em seguida, o sr. dr. Afonso Costa que diz ter compartilhado do acto da escolha do sr. dr. Alfredo de Magalhães para governador de Moçambique pela confiança que nêle depositava. Esteve lá e veio quando entendeu ter de vir e ao regressar uma conferencia muito intima com ele orador. Falou depois no Senado e nada lhe disse do que veiu declarar em conferencia publica. Nunca teve uma hora tão dolorosa como aquéla em que como chefe do govêrno, teve de assinar a sua demissão, do que resultou que os inimigos comuns da Republica explorassem o assunto.

Confia em que o sr. Alfredo de Magalhães continue com a sua campanha, como prometeu, e se fôr bôa para a Republica bem vinda seja.

Responde ainda o dr. Alfredo de Magalhães aludindo a factos que se passaram com o sr. ministro das colonias.

Por sua vez este, sr. Almeida Ribeiro, diz não estar no ministério das colonias a fazer-se qualquer livro contra o govêrno de Alfredo de Magalhães na provincia de Moçambique. O que se está a fazer é um inquerito por ordem do govêrno. Relata vários factos que se déram depois da vinda do sr. Alfredo de Magalhães á metropole e as conferencias que com ele teve pelas quais contrapõe as afirmações acusatorias do ex-governador geral de Moçambique ácêrca da remodelação da carta organica daquéla provincia.

O sr. dr. Alfredo de Magalhães diz que, por duas vezes foi o projecto ao parlamento e não apareceu o ministro das colonias. Este refere os motivos que não obrigavam a assistir.

Encerra-se a sessão ás duas e meia da madrugada, sendo nomeado para presidir á quinta sessão o sr. coronel Correia Barreto.

Quinta sessão

O sr. coronel *Xavier Barreto* abre a sessão ás 13 horas e 15 minutos.

A concorrencia de congressistas é menor que nos dias anteriores.

São nomeados secretarios um congressista de Lamego e outro de Barcélos.

Leem-se telegramas de saudação e adesão ás deliberações do Congresso, vindos de vários pontos do país.

Para antes da ordem do dia pedem a palavra muitos congressistas, todos a um tempo, desaparecendo a mêsa no meio de numerosos delegados que se agrupavam em volta da presidencia.

Em vão o sr. presidente agita a campainha e ouvem-se vozes:

—Ordem! Ordem!

Devido á intervenção de alguns congressistas consegue-se fazer a inscrição dos oradores.

O sr. *Artur Nunes* pede a atenção do Congresso para o facto dos aspirantes dos telegrafos postais não terem sido promovidos depois dos concursos que se fizéram e alonga-se em considerações sobre a precaria situação dos empregados menores dos telegrafos e dos correios.

O sr. *Raul Tamagnini* alude ás sindicancias que fôram determinadas depois da proclamação da Republica, que se fizéram e até agora não fôram publicados os relatorios, como é, por exemplo, a sindicancia á mêsa da irmandade da Lapa, do Porto.

Termina mandando para a mêsa uma proposta no sentido de se conseguir a publicação do mencionado relatorio.

O sr. *João Gonçalves* propõe que se façam várias sindicancias e se nomeie uma comissão de propaganda para liquidar várias questões, como aquéla que ha no concelho de Torres Novas. Termina pedindo a união de todos os congressistas.

O sr. *Simões Torres* pede que a mêsa encarregue uma comissão para promover uma *quete* em favor de uma irmã de Alfredo Luiz Costa, um dos regicidas, de todos conhecidos; e apresenta uma moção de protésto contra os deputados, advogados, que vão defender conspiradores.

O sr. *Antonio Martins* lança um repto ao sr. dr. João Canavarro para explicar se uma frase sua se entende com o orador, quando numa sessão anterior se tratou da questão da administração do concelho de Vila de Conde.

O sr. dr. *Ricardo de Miranda* manda para a mêsa uma proposta para um rigoroso inquerito ás fabricas, oficinas e ateliers, a fim de serem examinados os horarios de trabalho impostos ás creanças e mulheres, assim como as condições higienicas das mesmas fabricas.

O sr. *Tomé Veiga* chama a atenção do sr. presidente do govêrno para o facto como estão sendo feitos os trabalhos nas obras publicas, onde qualquer construção para o Estado custa muito mais caro do que para qualquer particular.

O sr. *Aires Pereira da Costa* pede que o Directorio não deixe de auxiliar as escolas dos centros republicanos e alude á lei do inquilinato, que deve tambem merecer a atenção do mesmo Directorio.

O sr. dr. *Adriano Augusto Pimenta* pugna porque nos congressos, em vez de pequenas questões locais, se trate dos problemas que mais interessem ao país. Neste sentido apresenta uma proposta.

O sr. *Lourenço Pupe* envia para a mêsa uma proposta, pedindo, em nome da freguezia de Esmoriz, que o mais breve possivel seja mandada a guarda rural republicana. Os roubos e os vandalismos são constantes. Fala tambem da Lei da Separação, que não é rigorosamente cumprida.

O sr. *Americo Cardoso* pretende que sejam regulamentadas as horas de trabalho para os operarios e empregados de comercio, e em especial mulheres e crianças.

Alguns congressistas bradam:

—Chegou a hora!

—Vamos á ordem do dia!

—Não póde ser, ha muita gente inscrita para tratar de várias questões.

Continúa a discussão.

O sr. dr. *Marques da Costa* levanta a questão do dr. Pereira da Cruz, já conhecida e tratada mesmo no parlamento, medico que é acusado de não cumprir bem o seu dever no cargo que exerce.

Com todo o calôr declara que dentro da Republica não se pódem praticar actos que a monarquia tolerou pela sua imoralidade, desafiando quem quer seja a que lhe aponte o defeito mais insignificante de desonestidade que ele possa ter na sua vida.

Republicanos, exclama o orador com violenta energia, são aqueles que encontrou na hora do perigo, dormindo no chão, num velho casébre, em frente do quartel e tendo por travesseiros as coronhas das carabinas!

Não misturou nunca a nota pessoal com o que exclusivamente se prende com a moralidade.

O sr. *José Barbosa* trata de assuntos respeitantes ás repartições públicas do concelho de Vila Nova da Cerveira.

A's 17 horas o sr. presidente interrompe os trabalhos para se preparar a eleição do Directorio, como consta da ordem do dia.

Alguns oradores inscritos protéstam, pois querem tratar das suas questões. Outros, porém, ponderam que se tem de cumprir o regimento e que se deve entrar na ordem do dia.

Assim se faz, levantando-se os srs. congressistas para se munirem de listas.

Reabertura da sessão—Ordem do dia

A's 15 horas e meia da tarde começou, em obediencia á ordem do dia, a fazer-se a chamada para a votação.

Nas mãos dos congressistas circulam listas de sete chapas diferentes que cada um altera como entende.

A votação terminou ás 17 horas e meia começando a contagem das listas.

Discussão de vários assuntos e proclamação do novo Directorio

Feita a contagem, verifica-se que entaaram 373 listas na urna e começam os trabalhos de apuramento que são muito demorados.

Como ha vários assuntos a tratar resolve-se desdobrar os trabalhos, depois dos congressistas terem regressado do passeio na ria. Assim, constituiu-se uma nova mêsa eleitoral que proseguiu com o apuramento do escrutinio e a primeira mêsa, da presidencia do sr. coronel Xavier Barreto, muda para outra parte da sala.

Estabelece-se discussão sobre os assuntos que diferentes congressistas pretendem apresentar.

Por proposta do sr. Afonso Costa, é aprovado, sem discussão, que os pareceres das sub-comissões sobre os alvitres, moções e propostas apresentadas durante as sessões anteriores sejam, em vista da absoluta impossibidade de as discutir, aprovadas em principio e que o Directorio, apreciando-as devidamente, as apresente e recomende ao govêrno.

O sr. dr. *Sousa Junior* pondera que, tendo-se resolvido a eleição do conselho arbitral composto de cinco membros, para tratar dos litigios que se deem no partido e não podendo fazer-se a eleição, por falta de tempo, propõe que el fique assim constituido: coronel Correia Barreto, Correia de Lemos, Magalhães Lima, Pereira Osorio e Sousa Fernandes. Aprovado por aclamação.

O proximo congresso será na Figueira da Foz

Falam depois bastantes congressistas sobre qual deve ser a localidade para a realisação do novo congresso no proximo ano. São presentes vários alvitres e a discussão demora-se porque cada proponente defende a terra que indicára.

Queriam até alguns que os congressos só se podessem realisar no Porto, Coimbra e Lisboa. Por vezes houve enorme susurro até que, tendo-se alvitrado que o congresso se verificasse na Figueira da Foz, se procedeu a votação, sendo escolhida esta localidade por grande maioria.

Um discurso do sr. dr. Afonso Costa, que é muito ovacionado

Por fim, o sr. dr. Afonso Costa dissérta largamente sobre a orientação que devem ter os futuros congressos que devem consagrar-se a estudos profundos de problemas de capital importancia para o país em geral.

Termina fazendo uma calorosa apologia dos humildes para os quais se deve voltar a atenção promovendo-lhes melhoria de situação.

Apela para todos os republicanos portuguêses para que dêem todo o apoio á obra do govêrno para que a obra economica exceda a obra politica! Assim levanta um viva á Patria portuguêsa, calorosamente correspondido.

A proclamação do novo Directorio é feita no meio de entusiasticas saudações, terminando os trabalhos depois dum discurso de agradecimento do nosso amigo dr. Mélo Freitas aos congressistas a quem em nome dos republicanos de Aveiro pediu desculpa das faltas que por ventura se tivéssem dado, o que sempre sucéde em ocasiões anormais.

PUGILATO

Entre um alferes de cavalaria de nome Sá Guimarães e o nosso director houve no sabado á noite, na rua do Caes, uma cêna violenta, que se repetiu depois das 23 horas em frente ao Hotel Central não chegando, contudo, a molestar-se nenhum dos contendores.

Da ocorrencia participação alguma foi dada á autoridade ao contrario do que se propalou.

O CASO PEREIRA DA CRUZ

Circunstancias que se déram posteriormente a termos anunciado o levantamento, no Congresso, désta já agora eterna questão de moralidade, impediram que lá fôssemos dizer sobre os crimes do tenente medico miliciano que, com provas á vista, temos acusado da prática de verdadeiras burlas, o que não quer dizer que por isso a nossa campanha tenha cessado. Não. O caso Pereira da Cruz vai talvez ainda ter maior retumbancia do que aquéla que já tem tido pois a cada passo nos chegam valiosos documentos em que nos apoiâmos para pedir ao chefe superior do distrito e ao govêrno a punição do indigno medico que continúa a afrontar a cidade de Aveiro dizendo-se *medico municipal do concelho e delegado de saude no distrito*, e o Partido Republicano Português ao inculcar-se *homem politico, politico republicano e republicano democratico!*

Prestadas éstas explicações, na proxima semana falarêmos mais de espaço.

Homenagem a José Estevam

Por causa do mau tempo que fez na tarde de domingo ficou algum tanto prejudicada a manifestação liberal á memoria do imortal tribuno José Estevam Coelho de Magalhães cuja estatua se ergue na Praça da Republica.

Ainda assim algumas centenas de pessoas se juntaram deante do monumento onde fôram depostos muitos *bouquets* de flôres alem duma palma artificial do *Centro José Falcão*, do Porto e uma corôa de bronze da Maçonaria da mesma cidade. Fizéram uso da palavra exalçando as virtudes do grande liberal, os srs. Luiz Filipe da Mata, dr. Daniel Rodrigues, governador civil de Lisboa; dr. Alvaro de Castro, ministro da Justiça; Tamagnini Barbosa, como representante da maçonaria portuense; dr. Antonio Macieira, ministro dos estrangeiros e dr. Luiz de Brito Guimarães, presidente da Câmara de Aveiro.

Ao debandar, a multidão soltou entusiasticos vivas á Liberdade, á Republica e ao autor da Lei da Separação.

Nésta manifestação o nosso director representou não só *O Democrata* como tambem o sr. Sebastião da Trindade Salgueiro, que do Porto lhe enviou um telegrama para esse fim.

Centro Republicano

Entre as visitas feitas pelo sr. dr. Afonso Costa durante a sua estada nésta cidade, e a que nos havemos de referir no proximo numero, conta-se a de segunda-feira á noite ao *Centro Escolar Republicano* após a inauguração do seu retrato em ponto grande, que agora alí figura emoldurado num rico caixilho em talha.

O sr. dr. Afonso Costa foi recebido por um dos membros da direcção, sr. Antonio Felizardo, a quem agradeceu a receção e todas as provas de deferencia que lhe eram tributadas.

Saudando o insigne estadista, falou o nosso prestante correligionario dr. André dos Reis com o aplauso de todos quantos enchiam a vasta sala do centro, retirando em seguida o sr. dr. Afonso Costa, que de novo foi vitoriado na rua assim como o nosso director e outros republicanos.

Cumprimentos

Fôram sem conta as provas de solidariedade e estima que durante os dias do Congresso recebemos da parte de grande numero de correligionarios nossos os quais, por unanimidade, déram o seu apoio á orientação do Democrata *como sendo a unica que se harmonisa com a doutrina prégada na oposição.*

Entre os muitos que vieram á nossa modésta redacção visitar-nos contam-se os srs. dr. Americo de Castro e Augusto de Castro, de Santo Tirso; Joaquim Fernandes do Couto, de Vila Nova de Gaia; Antonio Caetano Valente, João Maria da Silva Henriques e Francisco da Silva Garganta, de Veiros; Agnélo de Sousa e Manuel Gomes Correia Junior, de Oliveira de Azemeis; Antonio Simões Jorge, da Taipa; dr. Simão José, delegado do Procurador da Republica em Fornos de Algodres; Alberto Lopes dos Santos, da Pampilhosa do Botão; José Francisco Pereira, de Anadia; Artur Ferreira da Silva, de Alemquer; Antonio dos Santos e José Serrão, de Lisboa; Lucas José Domingues e Manuel Joaquim de Barros Junior, respectivamente representantes da Escola e Centro Valente Perfeito, *do Porto; Manuel Franco, da Ericeira, etc.*

A esses bons correligionarios e a todos quantos de nós se acercáram significando-nos o seu apreço, aqui lhes deixâmos expresso o nosso mais intimo reconhecimento.

CONFRATERNISAÇÃO

O banquete que se realisou após a ultima sessão do Congresso no hotel Bergamin, improvisado no edificio destinado ao hospital, decorreu bastante animado pelo entusiasmo que se notou nas manifestações aos srs. drs. Afonso Costa e Alfredo de Magalhães.

A convite do presidente da Comissão Municipal politica de Aveiro, presidiu o nosso amigo sr. dr. Mélo Freitas, decano dos republicanos e cidadão por tantos titulos respeitado e querido dos aveirenses pelas suas bélas qualidades de caracter e inquebrantavel fé nos principios democraticos, que ao *toast*, e num brilhante discurso, agradeceu ao dr. Marques da Costa a honra que lhe dispensou brindando em seguida todos os republicanos portuguêses representados no Congresso e o govêrno representado pelo ilustre presidente do ministério sr. dr. Afonso Costa.

Segue-se-lhe o sr. Ministro dos Estrangeiros, que fala em nome dos seus colégas do gabinête, e depois o sr. dr. Afonso Costa que faz o elogio da mulher portuguêsa apelando para o seu patriotismo por entender que da sua dedicação e entranhado afecto á Republica algo de bem hade surgir para as instituições que hoje presidem aos destinos do país.

O sr. Pinheiro de Mélo, em nome do Directorio cessante, saúda todos os republicanos portuguêses especialisando os de Aveiro e o sr. Barbosa de Magalhães, num discurso a que pretende dar um cérto cunho de sinceridade de faz a historia das tradições republicanas e liberais da sua familia o que ía deitando. a perder os convivas se não tem o bom senso de acabar depressa.

Ha ainda muitos outros brindes como o do sr. dr. Alfredo de Magalhães, que é empulgante e o do presidente da Comissão Municipal, dr. Marques da Costa, que, agradecendo a Mélo Freitas as palavras elogiosas que lhe dirigiu, salienta as razões especiais que tem para se conservar neste momento uma figura apagada no seu partido afim de mostrar aos seus correligionarios de Aveiro que prefére acobertar-se sob o man-

to dos principios a agachar-se debaixo da capa do poder. Deu-lhe a honra, tão merecida, de presidir ao banquête porque Mélo Freitas, republicano de sempre, pelas suas qualidades de caracter, pela sua fé nunca desmentida no ideal que o 5 de Outubro tornou realidade, pelas lutas que travou em prol da liberdade contra a reacção das quais se destaca a campanha a favor da expulsão das irmãs da caridade do hospital civil, tinha esse incontestavel direito como uma figura de destaque no nosso meio e consequentemente na festa que se realisa. Marques da Costa termina por brindar tambem o novo Directorio, de que faz parte o presidente do ministério, em quem confia pelos bons elementos que o compõem.

Eram pérto de 2 horas quando se deu por findo o banquête, rematado por um discurso cheio de encanto e poesia do ilustre governador civil de Braga, sr. dr. Manuel Monteiro.

Aos nossos leitores

Porque o relato das sessões do Congresso nos tomáram quasi todo o espaço do jornal só na proxima semana poderemos dizer das nossas impressões sobre as variádas e interessantissimas ocorrencias que se déram e observaram nesses tres dias.

E' um compasso de espera que bastante nos contraría, mas tem de ser porque não ha fórma de o evitar.

Necrologia

Em avançada edade morreu no domingo o sr. Antonio Augusto de Morais, antigo *habitué* da Arcada. Foi um politico façanhudo do seu tempo, militando no partido regenerador.

Aos que deploram o seu passamento, os nossos pêsames.

Descanço nas pharmacias

Mappa das que se encontram abertas nos dias de domingo abaixo designados:

ABRIL

DIAS	PHARMACIAS
13	LUZ
20	RIBEIRO
27	ALLA

Serviço de administração

Mandámos á cobrança pelo correio, uns, e por intermédio de obsequiosos amigos nossos, outros, os recibos de "O Democrata,, vencidos ou prestes a vencerem-se, do que dâmos conta aos nossos presados assinantes rogando-lhes a finêsa do seu bom acolhimento afim de nos evitárem novas despêsas e podermos trazer em dia a escrituração do jornal.

***

No **Congo Bélga, Pará** e **Manáus** estão respectivamente encarregados de receber as assinaturas que lá possuimos, os srs. **Henrique Madail, J. J. Nunes da Silva e João Simões Amaro Junior,** devendo os assinantes das outras partes do ultramar, onde ainda não temos pessoa idonea que nos represente, mandar as importancias directamente a esta redacção, o que desde já muito agradecêmos.

Relatorio politico do corpo dirigente do Partido Republicano Português lido ao Congresso

Prestantissimos correligionarios

Todos sabem que na vida do *Partido Republicano Português*, que trabalhou unido para a fundação da Republica em Portugal, se deu um calamitoso acontecimento em que cértas individualidades politicas preponderantes entenderam que proclamada a Republica tinha acabado e função do *Partido Republicano*, e que votada a Constituição estabelecendo a fórma de govêrno se considerava inutil a existencia de um Directório do Partido.

Assim se estabeleceu um desmembramento achando-se os nossos correligionarios no meio da reacção monarquica organisando-se, e sem um centro de coordenação para se sustentar a nova instituição politica. Nésta angustia, que se reflectiu nas dificuldades de constituir govêrno, na instabilidade dos ministérios, e na sua apatica esterilidade, fez-se sempre sentir éssa inicial dissidencia atuando com os seus critérios particularistas, anarquisando a politica provincial, orientando-se pelas simpatias personalistas.

Foi preciso reorganisar o *Partido Republicano* por todo o país, mantendo a sua primitiva unidade, e a proficuidade da acção do Directório fez-se sentir pelas continuas e incessantes representações de velhos republicanos dos agràvos sofridos por influencias deleterias junto dos vários govêrnos de concentração.

O Directório cumpriu sempre a sua missão coordenadôra, levando ao conhecimento dos poderes públicos éssas queixas, evitando sempre qualquer facto que se tomasse por interferencia no govêrno.

Não acentuaremos as dificuldades morais da situação, agravada pelos chascos de cértas emprêsas jornalisticas sobre o *extincto Partido Republicano Português.* Basta que se enumerem as dificuldades materiais que nos assoberbaram, para que se nos relevem os exiguos resultados dos nossos esforços.

Cumprindo o determinado no n.º 10 do artigo 36 da Lei Organica vem o Directório submeter á vossa esclarecida apreciação o relatorio dos seus trabalhos.

Congresso de 1912— Nele fôram votados a atual Lei Organica e o Programa do Partido, não se tendo este publicado já, por não ter o texto original sido entregue a tempo.

Nesse congresso se resolveu ainda que o numero 2 do nosso Boletim fôsse publicado dentro de 6 mezes. O Directório não poude cumprir ésta determinação pela demora havida na remessa de todo o original preciso para éssa publicação.

No congresso de 1912 não nos foi aceite a demissão que pedimos, mas agora que o nosso mandato está findo, a este congresso cumpre proceder á eleição do novo Directório e Junta Administrativa.

Expediente—Para que os senhores congressistas possam apreciar o serviço de expediente e desculpar a demora havida por vezes nas respostas, diremos que o Directório recebeu 3389, aos quais corresponderam 4125, oficios expedidos. Além dos oficios houve circulares, cartões etc., o que eleva a correspondencia a mais de 8000 expedições.

Aéroplanos—Em Junho de 1912 resolveu o Directório abrir uma subscrição pública para compra de aéroplanos para serviço do exercito.

Apesar de algumas opiniões contrárias, a subscrição tem produzido uma soma importantissima que se póde avaliar em mais de 60:000 escudos, parte dos quais enviados á nossa Junta Administrativa e outra remetida ao Ministério da Guerra, jornais, etc.

Da importancia que nos foi remetida saiu o custo do aéroplano *Republica*, entregue ao govêrno em 16 de Outubro de 1912. Essa entrega fez-se com a assistencia dos Ex.mos Presidente da Republica, Ministro da Guerra e de muitos milhares de cidadãos que se encontravam no aérodrómo de Pedrouços.

O saldo da subscrição recebida pela Junta Administrativa do *Partido Republicano Português* está depositado na Caixa Geral de Depositos, á ordem do ex.mo cidadão Ministro da Guerra para o fim especial da subscrição.

Ainda a proposito devemos informar-vos que o nosso colégа cidadão José Nunes da Mata, que foi o primeiro passageiro que o aéroplano *Republica* conduziu, se propôz a construir e está construindo um aéroplano com modificações suas, pelas quais julga que esses aparelhos poderão oferecer mais garantias de estabilidade.

O nome do digno director da Escola Naval, impõe-nos a convicção de que o seu projecto será coroádo do melhor exito.

Segundo aniversário da proclamação da Republica—Propôz-se o Directorio organisar o programa do segundo aniversario da proclamação da Republica, proposta apresentada e aprovada na sua reunião de 6 de Maio de 1912. Para a realisação dêsse programa se entendeu com os poderes constituidos aos quais submeteu o seu projecto, que mereceu plena aprovação.

Mais tarde, parece que ao govêrno sobrevieram duvidas, de que resultou ter de renunciar ao projecto já aprovado, nomeando êle uma comissão que fêz o que poude.

O Directório, apezar do sucedido, não fez a menor oposição aos trabalhos déssa comissão, pois entendeu que a solenisação do aniversario da proclamação da Republica era um acto em que todos os republicanos deviam cooperar sem se importarem dos agrupamentos que o realisassem, para só terem em vista o ideal *Patria* e *Republica*, que todos deve unir. E néssa ocasião se verificou que os membros do *Partido Republicano Português* se esforçaram por tornar o melhor possivel um programa que não era o seu.

Politica—Durante o periodo da nossa directoria déram-se modificações ministeriaes. Em todas as conjunturas provou o *Partido Republicano Português* o seu completo desprendimento da vaidade do mando ou mesmo da preponderancia que a sua situação parlamentar facultava. Tudo sacrificou sempre ao interesse da *Republica*, cooperando lealmente nos govêrnos de concentração em que as circunstancias do momento aconselhavam a sua entrada, sem se preocupar com a preferencia pelas pastas, mas procurando unicamente ocupar os logares determinados pelas razões de bem servir a *Patria*.

No entanto alguns incidentes parlamentares indicavam que o ciclo dos govêrnos de concentração estava fechado, e por isso o govêrno ou govêrnos que houvésse a constituir deviam ter uma existencia consolidada em alguns dos grupos parlamentares.

Ao mesmo tempo o Presidente do ministerio dr. Duarte Leite resolvia retirar-se ao seu labor do professorado, descançando das lides politicas onde aliás o *Partido Republicano Português* lhe tinha sempre demonstrado que nenhum embaraço lhe crearia para continuar no govêrno. Apezar de tudo o sr. dr. Duarte Leite apresentou a sua demissão ao Chefe de Estado que lh'a aceitou, incumbindo o chefe evolucionista de constituir govêrno, encargo que, passados dias, declinou, não porque o *Partido Republicano Português* lhe creasse a menor dificuldade, mas porque causas outras, certamente ponderosas, determinaram essa resolução.

E já que fazemos a historia dos acontecimentos, não deixaremos de vos dizer que, julgando o Directório que o chefe evolucionista formaria ministerio seu, tinha votado uma moção pela qual se recomendava aos nossos correligionários que não criassem embaraços ao govêrno que ia constituir-se, moção que não se publicou visto o insucesso dos trabalhos daquêle cidadão.

Foi néstas circunstancias o nosso correligionario dr. Afonso Costa incumbido de formar ministerio, o que realisou em menos de dois dias, parte dos quaes foram consumidos em uma viagem ao Porto.

Não devemos deixar de aqui consignar a fórma absolutamente democratica como se houve o nosso distinto correligionario que em todas as fases da constituição ministerial ouviu sempre o Directório e que após éssa constituição foi com os seus colégas do govêrno apresentar-se ás comissões politicas do Partido, que em reunião conjunta saudaram o govêrno que assim considerava éssas agremiações que tanto teem trabalhado pela *Republica*.

Todo êsse acto de disciplina partidaria define uma escola politica a que se não estava habituado e por isso o Directório julga que ao Congresso deve ser agradavel tributar ao cidadão dr. Afonso Costa os merecidos louvores por ter iniciádo tão democratico principio.

Devemos tambem notar para satisfação de todos, que o atual Presidente do Ministerio não reservou para si uma pasta politica, antes aceitou o encargo de gerir a pasta mais dificial e de maiores responsabilidades como é a das finanças.

O Directório não esquecendo o entusiasmo verdadeiramente nacional como foi recebido o atual ministerio, folga de constatar que este tem correspondido ás esperanças que nêle se depositava.

Regulamentação do jogo de azar—Discutiu-se com certa vivacidade este assunto, sobre o qual o *Partido Republicano Português* tem a responsabilidade da sua atitude hostil desde o programa de 11 de Janeiro de 1891.

O Directório julga do seu dever trazer a questão ao Congresso, pois que só este póde revogar ou confirmar as anteriores afirmações.

O silencio sobre tão discutido assunto poderia interpretar-se como intenção de impedir que os que advogam a regulamentação do jogo defendessem no congresso a sua opinião, tão valiosa, aliás, como a dos contrarios. O Congresso resolverá sobre o assunto com a competencia e autoridade que se lhe devem reconhecer.

Este Directório, que é contra o jogo de azar, acatará, como lhe cumpre, a resolução do Congresso, á qual o futuro Directório dará certamente o devido cumprimento.

Leis do Govêrno Provisorio—Com o fim de elucidar os nossos representantes no Parlamento e para que estes melhor possam inspirar-se na opinião pública, resolveu o Directório fazer um inquerito sobre éssas leis. Recolheu já grande quantidade de respostas, que representam um belo auxiliar para a futura discussão.

O Directório convidou para fazer o respectivo estudo a secção parlamentar da *Junta Consultiva*, que certamente se desempenhará da sua missão brilhantemente, levando aos seus colégas parlamentares a opinião de quasi todas as comissões politicas do *Partido Republicano Português*.

Certificados (Diplomas)—Tendo-se resolvido que a todas as colectividades politicas reconhecidas pelo Directório, e que o quizessem, fôsse passado um certificado do seu registo, o grande artista português João Silva ofereceu-se espontanea e generosamente para fazer o desenho dêsse certificado; e todos os que possuirem tal documento poderão apreciar a bela conceção artistica.

A êste nosso ilustre concidadão aqui tributa o Directório os seus melhores agradecimentos.

Nucleos de vigilancia—Com o fim de auxiliar a defêsa da *Republica*, creou o Directorio uns nucleos de vigilancia com um caracter provisorio, terminando a validade das suas funções em 31 de Dezembro do ano findo. Os resultados fôram tão satisfatorios que é natural que o futuro Directório renove éssa iniciativa completando-a com todas as instruções necessarias ao cumprimento da sua missão altamente patriotica.

Os nucleos de vigilancia e defêsa da *Republica*, trabalhando sem nenhum exibicionismo, pódem continuar a prestar grandes serviços á *Patria*.

Proposta de modificações da Lei Organica—A pratica tem demonstrado que a constituição do Directório e Junta Administrativa funcionando separadamente, se foi uma utilidade antes de 5 de Outubro de 1910, é prejudicial atualmente em que convem ligar os assuntos politicos e administrativos, completando-se assim a acção dirigente do *Partido Republicano Português*.

A Lei Organica não indicando que haja um presidente do Directorio tambem por vezes embaraça o rapido funcionamento da direcção partidaria.

Na parte relativa a receitas do cofre partidario a pratica demonstra que o atual sistema de contribuição não dá resultado que satisfaça aos fins a que se destina.

Como sabeis é quasi diariamente que vemos os jornaes noticiarem que diversos cidadãos ingressaram no nosso Partido, mas rarissimamente tal facto é conhecido oficialmente pelo Directório transmitido pelas entidades ás quais a nossa Lei Organica reconhece o direito de receber éssa inscrição.

No Directório como centro comum da actividade partidaria é preciso que exista o censo geral do *Partido Republicano Português* ao qual se possa recorrer em qualquer eventualidade. As vantagens dêste registo são de tal ordem que desnecessario será aqui descrevel-as. Basta meditar nos efeitos moraes e politicos a que o atual sistema nos póde conduzir para que se proceda desde já a iniciação dos meios de regularisar a ingressão de todos aquêles que pretendam inscrever-se no nosso Partido, fazendo com que cumpram o art.º 3.º da Lei Organica, de modo que o Directório saiba de todos que se teem inscrito, os quaes, por seu turno, devem contribuir para o cofre central com uma quota minima, mas suficiente para ocorrer aos encargos do expediente e outros que impendem sobre o Directorio.

Ao deixarmos o nosso lugar pretendemos entrega-lo aos nossos sucessores com os recursos necessarios a bem cumpril-o.

Julgâmos ter dito o suficiente e provar e justificar os motivos das alterações que propomos á atual Lei Organica.

Terminado este relato, resta-nos agradecer a todos que nos auxiliaram no desempenho do nosso mandato.

Lisboa, 31 de Março de 1913

O Directório

O Democrata, vende-se em Lisboa na *Tabacaria Monaco* e *Kiosque Elegante*, no Rocio.

Pedimos aos nossos assignantes que nos avisem sempre que mudem de residencia afim de que o jornal se não extravie e portanto o não deixem de receber.

Anuncios

Perdeu-se

Um broche em medalha de ouro desde a feira de março á estação. Quem o entregar na sapataria Reis receberá alviçaras.

Objéto de ouro

Achado no domingo, na Feira de Março, entrega-se a quem der sinais cértos.

Nésta redacção se diz.

Editos de 30 dias

(1.ª publicação)

Por este Juizo de Direito e cartorio do escrivão do terceiro oficio—Albano Pinheiro,—nos autos de inventário orfanologico a que se procede por obito de Manuel Francisco Sereno, casado, morador que foi nas Quintãs, freguezia da Oliveirinha, désta comarca, e em que é inventariante a viuva daquêle Manuel Francisco Sereno, Roza Françisca, residente naquêle mesmo logar e freguezia, correm éditos de trinta dias, a contar da segunda e ultima publicação do respectivo anuncio, a citar o interessado José Estrela, casado, sobrinho do inventariado, auzente em parte incerta nos Estados-Unidos do Brazil, para assistir a todos os termos até final do referido inventario, isto sem prejuizo do seu andamento.

Para os efeitos legaes se declara que as audiencias nêste juizo se fazem todas as segundas e quintas-feiras de cada semana, não sendo tais dias feriados, pois sendo-o *tais dias feriados digo*, pois sendo-o, terão logar nos imediatos sempre por onze horas, no Tribunal Judicial désta comarca, sito na Praça da Republica désta cidade de Aveiro.

Aveiro, 25 de Março de 1913.

O escrivão do 3.º oficio,

Albano Duarte Pinheiro e Silva.

Verifiquei

O Juiz de Direito

Regalão

Venda de propriedades

Quem desejar comprar as ruinas de umas casas altas de habitação, com terreno de quintal e suas pertenças, sitas na Cale da vila, da Gafanha;

uma azenha de moer milho com seu engenho dentro, ribeiro com suas aguas e terrenos e mais pertenças, denominada *Azenha da Ponte de Páu*, sita na Fonte do Lila, freguezia de Arada e

um ribeiro tambem sito na Fonte do Lila, que confina do norte com a estrada de Aveiro a Ilhavo, do sul com herdeiros do Visconde de Valdemouro, do nascente com os herdeiros de Miguel Ferreira de Araujo Soares e do poente com a estrada de Sacovão;

predios que pertencem a José João Bolaes (o Monica) de Vilar

Queira dirigir-se ao Presidente da Direcção da Caixa Economica de Aveiro, por carta fechada, onde declare o predio que pretende e o preço que oferece.

As cartas serão abertas no dia 20 do proximo mez de abril, ás 11 horas da manhã, no escritorio da Caixa Economica.

A Direcção, de acordo com o proprietario, reserva-se o direito de não fazer a adjudicação, desde que os preços oferecidos não ultrapassem as avaliações que serão patentes no acto da abertura das cartas.

Aveiro 29 de Março de 1913.